

Blogs / Míriam Leitão

**Míriam Leitão**

O olhar único que há 50 anos acompanha o que é notícia no Brasil e no mundo

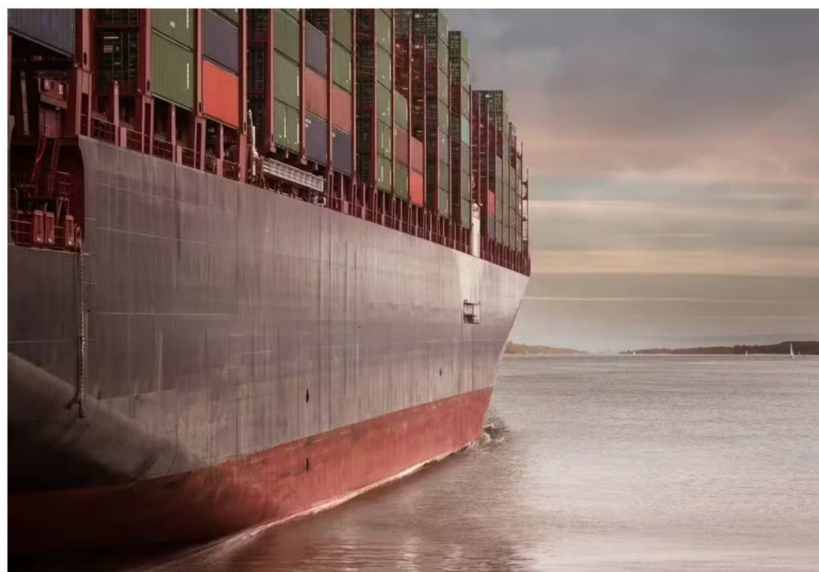
Exclusivo para assinantes

Empresas brasileiras precisam entender que requisitos ambientais são condições básicas para exportar hoje, diz especialista

Na avaliação de Andrea Weiss, advogada de comércio exterior, muitas companhias ainda têm resistência a atender esse critérios e acabam perdendo a competitividade

Por **Luciana Casemiro**

11/05/2026 15h43 · Atualizado há 4 semanas



Acordo Mercosul-UE entrou em vigor no dia 1º de maio — Foto: Pixabay

RESUMO

Sem tempo? Ferramenta de IA resume para você



CLIQUE E LEIA AQUI O RESUMO

A tarifa deixou de ser o principal obstáculo para a entrada no mercado europeu com o início da implementação este mês do Acordo entre o **Mercosul** e a **União Europeia**. O acesso agora passa depender muito mais de requisitos técnicos, ambientais e de rastreabilidade. O problema é que boa parte das empresas ainda não entendeu isso e continua jogando com as

Monteiro & Weiss Trade, especializado em comércio internacional. Ela aponta que o erro das empresas é tratar comércio exterior como uma área reativa e a manutenção de uma visão ultrapassada e enviesada sobre as exigências ambientais.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

- **As primeiras exportações e importações do acordo Mercosul-UE já aconteceram. Saiba quais produtos foram negociados**
- **Após décadas de negociação, acordo UE-Mercosul entra em vigor: veja o que muda**

— Em muitos casos, as empresas tratam as exigências ambientais como uma questão reputacional ou de marketing, e não como requisito efetivo de acesso a mercados. No dia a dia contratual, isso aparece de várias formas: dificuldade em rastrear a cadeia produtiva, ausência de documentação adequada sobre a origem de matérias-primas, falta de métricas ambientais confiáveis e pouca preparação para responder rapidamente às exigências de clientes e autoridades estrangeiras. Há uma postura muitas vezes reativa. Muitas empresas só começam a se estruturar quando recebem uma exigência concreta de um comprador europeu ou quando percebem o risco de perder competitividade. Mas o cenário internacional caminha para um modelo em que compliance ambiental, rastreabilidade e governança deixam de ser diferenciais e passam a ser condições básicas para exportar — ressalta a advogada, que tem mais de 25 anos de experiência em comércio exterior.

Sem uma mudança de postura, as exigências ambientais podem se tornar o novo obstáculo para as vendas de produtos brasileiros à Europa. O regulamento europeu proíbe a entrada de soja, carne, café, cacau, madeira e borracha que não comprovem, com geolocalização e documentação detalhada, origem em áreas livres de desmatamento após 2020. A não conformidade prevê multa de até 4% da receita líquida anual das empresas. Em caso de contaminação mínima detectada em um carregamento, um navio inteiro pode ser obrigado a retornar ao porto de origem.

- **Acordo UE-Mercosul envia forte mensagem de apoio ao multilateralismo, diz embaixadora do bloco**

— O acordo aumentou o interesse europeu pelo Brasil e reforçou a expectativa de maior integração comercial. Ao mesmo tempo, trouxe mais atenção para temas ambientais, rastreabilidade e sustentabilidade. Na prática, muitas empresas brasileiras passaram a receber mais questionamentos e exigências relacionadas a ESG, desmatamento, origem de insumos e conformidade ambiental. Ou seja: o acordo pode abrir oportunidades importantes, mas também aumenta o nível de exigência para quem quer acessar esses mercados de forma competitiva — explica a advogada.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Na indústria, afirma Andrea, o desafio chega pelo CBAM, o ajuste de carbono na fronteira europeia, que entrou em vigor este ano. O mecanismo taxa importações de aço, alumínio, fertilizantes e cimento com base na pegada de carbono do processo produtivo. Os setores mais vulneráveis são a siderurgia e o alumínio, que representam, respectivamente, 92% e 3% das exportações brasileiras afetadas. Estimativas da UNCTAD indicam que o aço brasileiro pode enfrentar um imposto de US\$ 3,3 por tonelada exportada para a Europa.

— Há, porém, quem esteja transformando esse cenário em vantagem, e os dados mostram que a antecipação compensa. As exportações brasileiras de aço para a União Europeia cresceram 69,8% em 2025, chegando a 1,2 milhão de toneladas, segundo o Instituto Aço Brasil. As empresas que se moveram primeiro colhem os resultados. No agronegócio, grandes exportadores de café já avançam em sistemas de rastreabilidade, cientes de que a Europa, destino de 44% dos embarques brasileiros do produto em 2025, segundo o Cecafé, não voltará atrás nas exigências ambientais.

- **No Brasil: Guerra e El Niño formam 'tempestade perfeita' para inflação**

E não é só na União Europeia que tem elevado o patamar nas regulamentações ambientais para exportação: China e os próprios **Estados Unidos** têm usado esses critérios para determinar seus fornecedores, como pontuou cientista ambiental **Raoni Rajão**, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e ex-diretor do Ministério do Meio Ambiente, **em entrevista à Míriam Leitão**. Os acordos em negociação com Japão, Coreia do Sul, Emirados Árabes e Indonésia também trazem, cada um, seu próprio conjunto de regras e especificidades regulatórias.

— Hoje existe uma preocupação global com segurança econômica, transição energética, proteção de cadeias produtivas estratégicas e redução de dependência de determinados países. Isso faz com que temas como comércio, tecnologia, meio ambiente e segurança nacional estejam cada vez mais interligados — ressalta Andrea.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

- **Confira: Preços mundiais de alimentos sobem pelo terceiro mês consecutivo, aponta FAO**

A advogada pontua que há um complicador adicional quando se fala em comércio internacional: a falta um árbitro. O Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) está paralisado, desde 2019, por conta dos Estados Unidos que não fez a nomeação de novos juízes à Corte. Levantamento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que, em 2020, havia que cerca de US\$ 3,7 bilhões em exportações brasileiras estão sem definição jurídica em disputas travadas no sistema multilateral.

com um novo governo eleito, o comércio passa a depender mais da negociação política do que de regras previsíveis. Para as empresas, isso significa que o ambiente muda mais rápido e com menos aviso prévio — explica.

[< Mais recente](#)

[Próxima](#) [Guerra e El Niño formam 'tempesta...](#) [>](#)

